

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

1 Ata da 58ª Reunião Extraordinária do CBH-SJD, realizada no Sindicato Rural de Jales - SP. em 26/07/2019.

SP, em 26/07/2019. Relação dos Membros do Plenário Presentes		
ENTIDADE	REPRESENTANTE	
Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE/BTG	Lucíola Guimarães Ribeiro	
Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE/Jales	Eliana C. M. Nogarini	
SIMA/Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade – CFB (Araçatuba)	Juliana Zacharias	
SIMA/Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade – CFB (Araçatuba)	Márcio Fernando Gomes	
Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável/Escritório de Desenvolvimento Rural - Jales	Monalisa V.F. Ferreira	
Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável/Escritório de Desenvolvimento Rural - Jales	Florisvaldo Capato	
Secretaria da Educação/Diretoria de Ensino / Região de Jales	João Luiz Sene	
Secretaria da Educação/Diretoria de Ensino / Região de Jales	Francisco de Assis Leonel Teixeira	
Secretaria da Fazenda e Planejamento/Del. Regional Tributária/Posto Fiscal Jales	Evandro Careno	
Secretaria de Estado da Saúde/Grupo de Vigilância Sanitária de Jales	José Carlos Zambon	
Instituto de Pesca	Antonio Fernando Gervásio Leonardo	
Prefeitura Municipal de Jales	Flavio Prandi Franco	
Prefeitura Municipal de Marinópolis	Joaquim Vieira Peres	
Prefeitura Municipal de Pontalinda	Elvis Carlos de Souza	
Prefeitura Municipal de Urânia	Anderson Chapichi	
Prefeitura Municipal de Floreal	Edmar Roberto Bellati Batello	
Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista	José Marcos Alves	
Prefeitura Municipal de Suzanápolis	Ricardo Luiz Rodrigues	
Prefeitura Municipal de Nhandeara	Hyago Teixeira Alota	
Prefeitura Municipal de Guzolândia	Sara Dias da Silva Lisboa	
Prefeitura Municipal de Santana da Ponte Pensa	José Aparecido de Melo	
Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul	Marcelo Correa dos Santos	
Prefeitura Municipal de Sebastianópolis do Sul	Paulo Roberto Barbosa	
Prefeitura Municipal de Rubinéia	Luciana Ignotti	
ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental	Nelson Luiz da Silva	



COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

APRUMA – Associação dos Produtores Rurais de Marinópolis	João Sérgio Ribeiro
APRUPO – Associação de Produtores Rurais de Pontalinda	Alessandro Nunes Ferreira
SEARVO – Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Votuporanga	Osmair Rossini de Caires
SITRUJA – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jales	João Missoni Filho
UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	Jefferson Nascimento de Oliveira
Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales	Neli Antônia Meneghini Nogueira
PEIXE/SP — Associação de Piscicultores em Águas Paulistas e da União	Marilsa Patrício Fernandes

Keiação dos Convidados i resentes	
ENTIDADE	REPRESENTANTE
Prefeitura Municipal de Nova Canaã Pt ^a	Alexandre de Oliveira Marques
Prefeitura Municipal de Pontalinda	Lucas Fim Torres
Prefeitura Municipal de Sebastianópolis do Sul	Hermes Syno Barbosa Neto
Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul/ Secretaria da Agricultura	José Emídio A. Calazans
Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul/ Secretaria da Agricultura	Jeferson O. Mendonça
Prefeitura Municipal de Jales/Secretaria Municipal de Agricultura	Sílvia Andreu Avelhaneda Pigari
Secretaria de Meio Ambiente	Cléber Alves
DAEE/BTG	Maria Cecília de Andrade

Fábio Francisco Mota de Sousa

Elenir Marabeis Freire

Relação dos Convidados Presentes

DAEE/Jales Luiz Ricardo Barbieri 1 – **Abertura:** Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de julho do ano de 2019, no Sindicato Rural de 4 Jales – sito à Avenida João Amadeu nº 285, em Jales – SP, às 09h: 00 min., a Eng.ª Eliana C. M. 5 Nogarini, do DAEE, faz uso da palavra: "Bom dia a todos, agora são 9:00 horas e ainda não 6 7 temos quorum suficiente para darmos início à 58ª Reunião Extraordinária do CBH-SJD, 8 então faremos a 2ª chamada às 9:30 horas. Às 9:30 horas, em segunda chamada, o Vice 9 Presidente do CBH-SJD Prof. Jefferson Nascimento de Oliveira, da UNESP de Ilha Solteira faz 10 a abertura dos trabalhos: "Bom dia a todos, senhoras e senhores, é com muita satisfação que o 11 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados inicia sua 58ª Reunião 12 Extraordinária e a Mesa é composta pelos seguintes membros: o Prefeito de Jales, Flávio Prandi 13 Franco e Presidente do nosso Comitê, eu Prof. Jefferson Nascimento de Oliveira, da UNESP de Ilha Solteira e Vice Presidente do Comitê, a Engenheira Lucíola Guimarães Ribeiro, funcionária 14 15 do DAEE São José do Rio Preto e Secretária Executiva Adjunta do Comitê São José dos

DAEE/BTG

DAEE/BTG



17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36 37

38

39

40

41

42 43

44

45

46

47

48 49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61 62

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

Dourados, e a funcionária do DAEE de Jales, que trabalha na Secretaria Executiva do Comitê, Engenheira Eliana Cristina Mariano Nogarini. Agora passamos a palavra ao Prefeito Flávio para fazer a abertura." Flávio Prandi Franco: "Bom dia pessoal, quero agradecer a presença de todos os membros, dar as boas vindas a todos e a todas e vamos iniciar nesse momento a nossa 58ª Reunião, eu declaro aberta essa Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do São José dos Dourados, com a presença de 26 membros. E como diz o Estatuto, a 1ª chamada com a presença de 50% +1 do total dos votos, com a presença mínima de 21 membros, foi superada, decorridos os 30 minutos da 1ª chamada, a 2ª chamada com no mínimo 1/3 do total dos votos, a presença mínima de 13 membros. E nós vamos já sem demora para o item 2 da Pauta: 2 – Leitura e aprovação das Atas Executiva e Completa da 57ª Reunião Ordinária do CBH-SJD: vamos nesse momento solicitar a dispensa da leitura das atas, para tanto solicitamos a dispensa considerando que a minuta das mesmas foi encaminhada aos membros e disponibilizada no site do Comitê, em 19/07/2019, inclusive dentro do prazo legal. Vamos abrir para manifestação dos presentes, se alguém tiver alguma manifestação, se não, colocaremos em votação, os favoráveis, contrários e abstenção, os favoráveis permaneçam como estão, se tiver alguém contrário, que se manifeste, se tiver alguma abstenção. Não havendo, declaramos aprovada a dispensa e já partimos para o item 3 da Pauta, que são os informes da Secretaria Executiva e passo a palavra à representante, Lucíola. 3 – Informes da Secretaria Executiva: "Boa dia a todos, no dia 13/07 nós tivemos uma reunião na Coordenadoria de Recursos Hídricos, onde foi falado sobre os conceitos de contextualização do Plano Plurianual de 2020/2023, que vamos fazer no final desse ano, falou-se também no papel da Secretaria Executiva e nos indicadores do produto Plano Plurianual (PPA), o Rui Brasil também informou que a gente termina agora o cumprimento da meta de instalação da cobrança em todos os comitês e a gente tem um novo desafio, que é até 2023 instalar a "Sala de Situação", para cobrir o Estado de São Paulo inteiro. O Plano de Bacia – Revisão dos PDC^s prioritários também para o prazo de 2020/2027, isso também a gente faz até o final do ano, e o prazo limite para indicação dos Projetos FEHIDRO que é até 31/07/2019, essa 1ª chamada que é pauta de hoje, e que também que o saldo remanescente ficou aí para 2ª chamada, para encaminhar até 30/09 à Secretaria Executiva. Falou-se também sobre a aprovação do Relatório de Situação, também assunto da nossa pauta de hoje, e a gente queria informar também que no último dia 28/06/2019 foi assinado o Decreto da cobrança do Comitê São José dos Dourados de nº 64.305/2019 e agora a gente está na fase da consolidação para o inicio do Ato Convocatório. A Secretaria Executiva participou do 2º Fórum Brasil de Gestão Ambiental, que ocorreu de 26 a 28/06/2019, em Campinas, onde foram abordadas estratégias para integrar, estimular e articular diversas iniciativas de sustentabilidade e fortalecimento da gestão pública e privada no país. Jefferson, você participou de algum evento? Tem algum informe? Não? Enfim, vou passar a palavra para o Jefferson então fazer um informe e falar sobre os informes das câmaras técnicas." Prof. Jefferson: "Bom dia de novo a todos, eu participei sim de um evento, ela falou de um evento, eu participei em Minas Gerais pelo Comitê, a gente mostrou as boas práticas que esse Comitê tem feito com relação à capacitação de profissionais e também capacitação de não profissionais com relação à água. Eu não sei se já foi falado aqui, realmente eu não me recordo, não o Comitê em si mas membros do Comitê, a UNESP, a gente tem um livro que é um livro interativo para alunos da educação básica e um pouco mais avançado, sobre a questão da água. Esse livro custou aos cofres públicos federais R\$ 40.000,00, é interativo, está aberto para qualquer pessoa, e a gente mostrou isso no Fórum Mineiro dos Comitês de Bacia, em Belo Horizonte. E também a gente aproveitou o momento para falar sobre o ProfiÁgua, que é um mestrado profissional aqui na UNESP de Ilha Solteira, que está aberto, é gratuito para todas as pessoas que mexam



64

65 66

67

68 69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91 92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107108

109

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

com água, lidem com água, sejam de comitês, do nosso Comitê e de outros comitês. É uma questão que foi colocada lá, e a minha viagem para lá foi com a verba desse Comitê. Bem, isto posto, vamos agora aos Informes das Câmaras Técnicas, apresentando aí primeiro os novos coordenadores das câmaras técnicas para o Biênio 2019/2021, eleitos nas reuniões dessas câmaras. A Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação (CT-PLA), vai ter como Coordenador eu, Prof. Jefferson Nascimento de Oliveira, representante da UNESP, e como Coordenador Adjunto o Sr. Marcos Aureliano Silva Cerqueira, do Instituto de Pesca. Estou enganado, você me corrija se eu estiver enganado. O Sr. Marcos é engenheiro ou biólogo, não me lembro..., agrônomo, pronto. Então o Engenheiro Agrônomo Marcos Aureliano Silva Cerqueira estava lotado em São Paulo e agora está lotado em Rio Preto. A Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) terá como Coordenador Alessandro Nunes Ferreira, da Associação de Produtores Rurais de Pontalinda, que está aqui, levante a mão, Alessandro, para todo mundo saber quem é você, o Alessandro é agrônomo também? Nossa, então os agrônomos dominam aqui o ambiente, e a Coordenadora Adjunta vai ser a Professora Carolina Buso Dornfeld que é bióloga da UNESP de Ilha Solteira. As demais câmaras técnicas serão marcadas reuniões para este semestre. Eu talvez faça uma sugestão e seria interessante constar em ata, (Lucíola reitera que tudo consta em ata), mas isso aí é bom que conste mesmo, isso aqui é uma brincadeira interna porque às vezes conta coisa demais em ata que não tem que constar, que não se anote isso também, então senhoras e senhores vamos continuar a reunião, colocando o seguinte: que seria de bom tom a criação de uma Câmara Técnica de Águas Subterrâneas no nosso Comitê, porque no nosso Comitê o uso da água subterrânea é preponderante e não existe uma câmara técnica nesse Comitê sobre água subterrânea. Então, seria de muito bom tom e como sugestão minha fazer isso aí. Isto posto, vamos passar agora a palavra ao Presidente Flávio para as suas considerações e deliberações." Sr. Presidente: 4 – Deliberações: "Seguindo a nossa pauta, depois dos Informes da Secretaria Executiva e da Câmara Técnica, o item 4 da Pauta são as deliberações, e a primeira deliberação, 4.1 Deliberação CBH-SJD nº 206/2019 de 26/07/2019, "Indica prioridades de investimento do FEHIDRO / 2019 e dá outras providências" "E nós convidamos a nossa representante da Secretaria Executiva, a Lucíola, para expor essa Deliberação." Lucíola Guimarães Ribeiro, Secretária Executiva Adjunta do CBH-SJD: "A Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação reuniu-se em 17/05/2019 para a análise dos projetos, no dia 31/05/2019 como a gente solicitou nessa 1ª análise as complementações, então a gente se reuniu para analisar essas complementações, no dia 14/06/2019 a gente analisou os recursos, porque após a fase da complementação tem 7 dias para as prefeituras e os tomadores entrarem com o recurso. Essa Deliberação como segue, indica prioridades FEHIDRO 2019, no Artigo 5, fala no § 1º que o produto final de todo estudo e relatório, deverão ser protocolados sempre uma via junto à Secretaria Executiva, podendo tanto via digital ou impressa, e nesse ano a gente obteve aí 5 projetos/empreendimentos protocolados no Comitê São José dos Dourados, onde apenas 2 foram priorizados, atenderam àquela Deliberação de critérios: Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul, "Instalação de Fossas Sépticas Biodigestoras", valor FEHIDRO de R\$ 56.700,00, foi aprovada e a Prefeitura de Nova Canaã Paulista, "Construção de galerias de águas pluviais no Distrito de Socimbra", valor FEHIDRO de R\$ 369.823,60 aprovado. Os outros empreendimentos que não atenderam à Deliberação e fora inabilitados: Prefeitura Municipal de Suzanápolis, Prefeitura Municipal de Jales e Prefeitura Municipal de General Salgado." Sr. Presidente: "Lida esta Deliberação, vamos colocar em discussão o que foi explicado pela nossa Secretária Executiva, e se não houver ninguém, vou colocar em discussão, alguém quer se manifestar? Teve alguma dúvida em relação a isso? Se não tiver, nós vamos colocar para aprovação ou não, os favoráveis que



111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152153

154

155156

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

permaneçam como estão, os contrários que se manifestem, como não houve manifestação, está aprovada essa Deliberação, que passa a ter o nº 206/2019. Seguindo a Pauta, sub item 'b', 4.2 Deliberação CBH-SJD nº 207/2019 de 26/07/2019 – "Altera o Programa de Investimentos referente ao ano de 2019 da Deliberação CBH-SJD nº 189/17 de 18/12/2017 que 'Aprova o Programa de Investimentos do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados, para o Quadriênio 2016/2019 e dá outras providências". "A Lucíola mais uma vez para expor esta Deliberação." Lucíola: "Essa Deliberação 186 nós a fizemos no ano de 2017, é igual agora para esse novo biênio que nós vamos ter que fazer, 2020/2023. O que aconteceu, em 2017 a gente se baseou numa estimativa que havia e para 2019 houve um recurso, que veio bem maior. Então a câmara técnica entendeu a necessidade de revisar somente referente ao ano de 2019, porque os outros anos já passaram, já foram executados. Então considerando a distribuição de recursos de investimento, conforme Anexo II da Deliberação COFEHIDRO 203/2019, que 'Dispõe sobre o Plano de Aplicação de Recursos para 2019 e dá outras providências", cabendo ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados a ordem de R\$ 1.913.620,79. Considerando isso, a câmara técnica entende que houve a necessidade de fazer a atualização do Plano de Investimento só referente ao ano de 2019. A câmara técnica reuniu-se no dia 05/07/2019 e fez a proposta que nós vamos colocar aqui agora. Continua, na verdade, continuou todas as ações de 2019, a gente só alterou aqui 'valor' para conseguir distribuir de uma forma melhor, então ficou aí para 2019: "Elaboração de Plano Diretor de Conservação Florestal das nascentes do Rio São José dos Dourados para Municípios identificados como críticos na UGRHI", R\$ 80.000,00, "Manter atualizado o cadastro de usuários de recursos hídricos, como suporte à outorga e à cobrança do uso da água", R\$ 100.000,00, "Instalação de fossas sépticas biodigestoras - melhoras no saneamento rural - curto prazo - atendimento de 20 propriedades rurais", R\$ 140.000,00, "Implementar ações de curto prazo indicadas no Plano de Saneamento relacionadas ao tema 'esgoto'", R\$ 400.000,00, essa é uma ação que não estava e foi inserida, só que ela não estava na nossa prioridade, mas está no Plano de Bacia, então por conta de ter sobrado recurso, a câmara técnica entendeu que essa ação é um item prioritário para o Comitê. "Implementação em 100% das ações de combate a perdas de água no abastecimento público até 2027", R\$ 200.000,00, "Implementação das ações de combate à erosão urbana nos municípios" R\$ 340.000,00, na verdade isso aqui é a soma do ano passado com essa, então R\$ 340.000,00 para esse ano. "Implementação de 100% das ações de combate a perdas no abastecimento público até 2027", R\$ 180.000,00, "Caracterização dos produtores rurais quanto a outorga e cobrança da água pelo uso dos recursos hídricos", R\$ 80.000,00 e a gente fecha em torno, isto é uma estimativa, de R\$ 1.620.000,00. Alguma dúvida? Por favor, nome e entidade." Bom dia, Prefeitura de Guzolândia, o referente ao item das fossas sépticas, não teria também alterado a uma proposta para o número de propriedades? Porque se eu não me engano eram R\$ 3.500/propriedade e o valor era setenta mil reais, aí passou para cento e quarenta mil reais e o valor máximo de 40 propriedades?" Lucíola: "Só um momento. 20 propriedades, seria então 40 propriedades, porque é R\$ 3.500, muito obrigada pela correção, então aqui fica 40." Presidente: "Alguém mais? Alguma colocação? Passada a exposição sobre essa Deliberação, alguém se manifeste, se não, colocaremos para aprovação. Os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem, como não há manifestação contrária, aprovada esta Deliberação que passa a ter o nº 207/2019. Seguindo, o item 4, sub item 'c' 4.3 - Deliberação CBH-SJD nº 208/2019 de 26/07/2019 – "Fixa prazos para apresentação e análise de solicitações visando obtenção de recursos junto ao FEHIDRO, Exercício/2019 - Saldo Remanescente". "Com a palavra, a Lucíola." "Por conta de só ter aprovado em torno de R\$



158

159

160

161

162

163

164

165166

167

168

169

170

171172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185 186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

430.000,00 a gente ficou com um saldo remanescente e a Coordenadoria também deu um ok para a gente estar abrindo esse novo prazo para entregar as deliberações, até o dia 30/09/2019. Ficaram assim os prazos: I - de 20/07 a 16/08, das 8:00 às 17 horas, protocolo das solicitações na Secretaria Executiva do CBH-SJD lá em São José do Rio Preto, na Avenida Otávio Pinto Cezar. II - De 17/08 a 20/08, verificação e análise de documentos pela câmara técnica; III - até dia 21/08 envio da solicitação complementação aos tomadores; IV – até o dia 28/08, protocolo na Secretaria Executiva das complementações administrativas solicitadas; V – até o dia 30/08 análise, avaliação, pontuação e hierarquização dos projetos pela câmara técnica; VI - até 30/08 a gente tem que enviar essas solicitações de complementação pela Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação, em conformidade com os critérios estabelecidos; VII – até 06/09 protocolo na Secretaria Executiva das complementações, sempre se dá um prazo de 7 dias; VIII − 10/09 análise, avaliação novamente pela câmara técnica; IX − 10/09, divulgação da proposta no site do Comitê e do SIGRH; X – até dia 17/09, apresentação dos recursos referentes ao resultado referente à pontuação final; XI - se houver recurso, no dia 19/09 a câmara técnica se reúne para analisar esse recurso; XII – até 20/09, reunião de diretoria para apreciação dos resultados da análise realizada; XIII - e a gente tem até o dia 20/09 para analisar e divulgar no site novamente, XIV – até 27/09/2019, reunião extraordinária do CBH-SJD. Lembrando que o prazo ficou bem curto mesmo, a gente só vai ter 3 semanas para solicitação, mas como a Coordenadoria deu um prazo final até 30/09, nós tivemos que fazer a conta de trás para a frente, então você pode ver que a câmara técnica aí tem 2 dias para analisar, ficou bem apertado mas eu acho que a gente consegue, dentro desse prazo, atender esse saldo remanescente. Alguma dúvida? Não? Então passo a palavra para o Sr. Presidente." Sr. Presidente: "Seguindo, sem dúvidas então, colocamos para discussão, não havendo, colocaremos em aprovação, os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem, não havendo manifestação está aprovada a Deliberação que passa a ter o nº 208/2019. Seguindo na nossa relação o sub item 'd', 4.4 Deliberação CBH-SJD nº 209/2019, de 26/07/2019 – "Dispõe sobre diretrizes e critérios para hierarquização dos recursos junto ao FEHIDRO - Compensação financeira destinados à área do CBH-SJD, Exercício/2019 - Saldo Remanescente e dá outras providências" "Com a palavra a nossa Secretária, Lucíola." "Essa Deliberação também foi discutida no dia 05/07, junto com a deliberação de prazos. A nossa última deliberação de critérios, ficou um pouco 'amarrada', e por conta de ter sobrado bastante recurso, a Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação (CT-PLA), entendeu que a gente deveria fazer algumas alterações. As alterações foram: no Capítulo 2 onde fala do período do protocolo, o local, prazo final de entrega e de documentos, que ficou então entre o dia 29/07 a 16/08, não serão aceitos documentos entregues a não ser por via direta, lembrando que é sempre 3 vias. Isso permanece igual. E aqui dos valores, solicitações, percentuais de distribuição e impedimentos. Alterou-se o Artigo 7º: não sei se vocês se lembram, mas ele ficava limitado a uma quantidade de um projeto local e um regional para as prefeituras, ou qualquer tomador. E aqui ficou assim, o proponente tomador poderá apresentar quantas solicitações achar necessário, desde que atente aos critérios propostos nesta Deliberação, e tem que indicar a ordem de prioridade, conforme pontuação. Por exemplo, uma prefeitura vai apresentar 3 projetos. Ela vai escolher qual é a prioridade 1, qual é a prioridade 2 e a 3. Vocês vão perceber que no critério de pontuação, vai cair no ponto, para concorrer igual para quem entrar com um projeto somente. Então quem tiver, deixa eu colocar lá, a pontuação ficou assim nesse item, aqui: quantidade de projetos apresentados e grau de prioridade. Então o 1º projeto sempre vai ter prioridade. Prioridade 1 vai ter uma pontuação 10, o 2º já vai ter pontuação 7 e mais de 2 vai ter uma pontuação de pontos. Nós alteramos também o Artigo 8, que fala dos valores mínimos e máximos. O mínimo continua R\$ 50.000,00, isso



205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

está no MPO, a gente não consegue fugir disso. O máximo para R\$ 200.000,00, se eu não me engano antigamente eram R\$ 150.000,00 para Planos, Estudos, Projetos de abrangência local. Máximo de R\$ 400.000,00 para Planos, Estudos, Projetos de abrangência regional e máximo de R\$ 500.000,00 para Obras e Serviços. Aqui permanece igual o critério de desempate: o primeiro é a proposta que apresentar o maior percentual de contrapartida, e o segundo a que apresentar menor número de complementação e se persistir o empate, a câmara técnica define o próximo critério. Todos estão de acordo? Alguma dúvida? Nos Anexos I, II, III e IV a gente na verdade só realocou um item, porque a gente entende que a parte que fala de disponibilidade de terreno, estava no 'administrativo', só que a câmara técnica entende que na verdade é 'técnico', porque a gente só abre o projeto técnico na hora da análise pela câmara, então a gente o pulou, como ele estava no 'administrativo', a Secretaria Executiva não podia verificar se precisa ou não porque a gente não abria o projeto. Então a gente só o realocou. Neli, só um momento." Neli Meneghini Nogueira, da Cooperativa Agrícola Mista da Região de Jales: "No caso dos projetos, cada entidade tomadora de recurso não tem um máximo limitado, é só por projeto?" Lucíola: "Não, é só por valor que aqui agora ficou. Por número de projetos não, o que ele tem que seguir, valor, o valor e as prioridades." Neli: "Mas individual, não total, por exemplo, a entidade que eu estou apresenta 3 projetos, ela pode apresentar os 3 por exemplo de R\$ 500.000,00?" Lucíola: "Ela pode, só não vai ter recursos." Neli: "Sim, mas teoricamente ele não um valor fechado, só pode R\$ 500.000,00 para os 3 projetos..." Lucíola: "Não, não tem o valor, segue aqui, vamos para o anexo de prioridades, porque fica aberto e não fica porque a gente na verdade tem o Anexo V de prioridades. E o Anexo V dá um limite de valor. Por mais que lá esteja R\$ 500.000,00, por exemplo, esses dois itens aqui, se não aparecer nenhum projeto aqui de elaboração de estudos e nenhum projeto aqui de cadastramento de usuários, esse dinheiro vai ser realocado para aqueles projetos que entraram. Por exemplo, para drenagem aqui, está em torno, drenagem e contenção de erosão urbana R\$ 340.000,00, então pode ser que tenha 2 projetos de R\$ 400.000,00 e não tem a verba aqui, mas não entrou nenhum empreendimento aqui, então essa verba desce, mas o limitante é o Anexo V que aqui está falando do valor, apenas por projeto e não por tomador. Só lembrando que isso é uma estimativa, porque eles vão refazer um cálculo e talvez venha um saldo dos projetos que foram cancelados ou não, a gente só vai ter a diferenca daquele que foi priorizado com aquele que veio de acordo com a Deliberação COFEHIDRO. E aqui o Anexo VI, que é o critério de pontuação. A abrangência do empreendimento continua, a abrangência total da UGRHI 10 pontos, total por sub-bacia 7, intermunicipal 5 e por município 2, apresentação dos documentos também, se apresentou integralmente 10 pontos, se apenas uma complementação 5, mais de uma complementação 2. Aqui a quantidade de projetos apresentados é aquilo que eu já falei, que vai diminuindo dependendo o grau de prioridades, a contrapartida continua maior de 20% 10 pontos, de 10 a 20% 7 pontos, de 5 a 10% 5 pontos, menor que 5% 2 pontos. Orçamento coerente com a metodologia, resultados empregados previa satisfatório e insatisfatório, 10 e '0', cronograma financeiro coerente com a execução da proposta, satisfatório e insatisfatório 10 e '0', atendimento à estrutura do pleito, satisfatório e insatisfatório 10 e '0', essa estrutura está aqui no Anexo VIII e a Câmara Técnica de Educação Ambiental fez uma proposta, a gente conversou com a Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação e eles também acharam interessante, que é o ganho ambiental, de acordo com o Anexo IX. Se apresentou ou não, vai ter uma pontuação aí para não penalizar, como a gente está começando com isso agora, de 2 pontos e zero, ou seja, toda proposta que o tomador fizer e ele pegar lá uma página ou meia página e descrever qual é o ganho ambiental que aquele projeto está trazendo para aquela área, determinada região, vai ter aqui um pontinho extra, esses 2 pontos. Alguma dúvida? Todos estão de acordo com essa proposta? Nome e entidade, por



252

253

254255

256

257

258

259

260

261

262263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280 281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

favor." "Marilsa, PEIXE-SP. A questão que você falou do desempate, do critério de desempate que vai ser definido, não sei, acho que poderia ter uma definição também..." Lucíola: "Também, que vocês entendessem e o plenário entender que deva ser feito agora e colocar aqui, para a gente acho que..." Marilsa: "Eu sei, por exemplo estabelecer um critério, alcance social, demográfico, territorial, alguma coisa nessa linha, entendeu?" Lucíola: "Alguém mais tem alguma proposta? O local, na verdade, já está na pontuação Marilsa, ele já limita lá e o demográfico também, por bacia, local, abrangência. Embora eu acredite que só esses dois fatores aqui já eliminem, porque contrapartida e depois complementação. Eu acho que dificilmente vá passar disso. Concorda então em permanecer como está? Mais alguma dúvida?" "Bom dia, José Emídio, Secretaria da Agricultura de Santa Fé do Sul. No exemplo de Santa Fé: nós já estamos encaminhados o projeto da fossa séptica, nós podemos concorrer a outro projeto de fossa séptica?" Lucíola: "Na verdade esse é um saldo remanescente como se a gente estivesse começando do zero novamente. O que foi priorizado se encerrou naquele momento, agora é do zero." "Ok." Prof. Jefferson: "Só uma colocação, é o seguinte, todo mundo aqui presente está vendo o seguinte: a importância das pessoas que estão aqui pensarem que você está passando uma régua no que foi passado para a gente não devolver esse dinheiro, claro com critérios técnicos, vocês viram a dificuldade por exemplo que muitas pessoas tiveram em aprovar esses dois que foram aprovados aí, esses três projetos que foram aprovados aí, não foi fácil aprovar. Então recomendo firmemente que observem os projetos para não ter 'control c', 'control v', porque se tiver 'control c', 'control v' e detectar lá, o projeto vai ser rejeitado. Projeto mal feito não vai ser aprovado pela câmara técnica, projeto que não está de acordo, não vai ser aprovado. E a gente também não quer devolver dinheiro. Espero que tenha um número de projetos superior a esses um milhão e seiscentos mil que estão disponíveis aí, mas projetos bem feitos, muito obrigado." Sr. Presidente: "Continuando, em discussão, alguém mais? Se não, colocaremos em aprovação, os favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem, sem manifestação contrária, aprovada a Deliberação que passa a ter o nº 209/2019 e seguindo o item 4, sub item 'd', 4.5 Deliberação CBH-SJD nº 210/2019, de 26/07/2019, "Aprova o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2019 com base em indicadores dos recursos hídricos da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados (UGRHI - 18) - Ano Base 2018" "E aí convidamos a Eliana para fazer a apresentação desse Relatório." Engenheira Eliana C.M. Nogarini, do DAEE de Jales: "Bom dia a todos, o Relatório de Situação é um instrumento de gestão de recursos hídricos previsto em lei e por isso todos os anos, todos os comitês de bacia do Estado de São Paulo têm essa tarefa, esse trabalho, de apresentar esse Relatório de Situação. A pontuação e avaliação desse relatório influi diretamente na quantidade de recursos FEHIDRO que nós recebemos, daí a importância de elaborarmos todos os anos um relatório que seja adequado e compatível com a nossa realidade na nossa bacia hidrográfica. O objetivo do Relatório de Situação é avaliar a eficácia dos Planos de Bacia de todos os comitês, por meio da análise da situação desses recursos hídricos em cada cidade, em toda a UGRHI. Basicamente esse Relatório responde a 3 perguntas: quais são as atividades que estão impactando as águas? De que forma ela está sendo prejudicada quantitativamente? E quais as medidas que estão sendo tomadas no âmbito da UGRHI para que seja mitigado esse prejuízo às nossas águas? Essa é a caracterização da nossa UGRHI 18, que tem o Comitê da Bacia do Rio São dos Dourados, acima da gente nós temos a UGRHI 15 que é o Turvo/Grande, e abaixo a UGRHI 19, que é o Baixo Tietê. Essa tabela representa os dados gerais da nossa UGRHI. Nós temos um total de 228.181 habitantes, sendo 90% da população urbana, nossa área de drenagem é de 6.783 km², nossos principais rios são o São José dos Dourados e o Paraná, os ribeirões Ponte Pensa,



299

300

301

302 303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338339

340

341

342

343

344

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

Coqueiro e Marimbondo e temos o Reservatório de Ilha Solteira. Nossos aquíferos livres são o Serra Geral e o Bauru, aqui não é contabilizado o Aquífero Guarani porque ele é um aquífero confinado, mas lembrando que a SABESP se utiliza do Aquífero Guarani para abastecimento público na nossa região. A vazão média é de 51 m 3 /segundo, a mínima que é a Q_710 , que é a vazão que o Departamento de Águas e Energia Elétrica utiliza como referência para as outorgas, que ele outorga até 50% dessa vazão, é de 12m³/segundo, e a nossa vazão Q₉₅ que é aquela vazão mínima presente em 95% do tempo, de 16m³/segundo. Nossa reserva explotável é de 4m³/segundo, lembrando que essa vazão está totalmente subestimada, considerando que a nossa reserva do Aquífero Guarani, que é o que tem a maior reserva disponível não está sendo contabilizado nessa estimativa. O nosso Relatório basicamente tem disponibilidade, demanda e balanço, saneamento, qualidade das águas e gestão. Nós não vamos apresentar aqui o relatório completo, porque é um relatório grande, mas para vocês terem acesso ele está disponível no site do Comitê. Antes de o apresentarmos aqui, nós o apresentamos à câmara técnica, enviamos através de e-mail para que todos pudessem dar as suas contribuições ou seus pedidos de alteração. Disponibilidade das águas: a vazão média per capita, ou seja, m³/habitante/ano agora em 2018 é de 7.048,51 litros por habitante. Essas 'bolinhas' verdes que vocês estão vendo é uma classificação de acordo com o CRH, classificando se essa vazão é boa, estado de atenção ou crítica. O verde significa que nós temos uma disponibilidade muito boa, ou seja, a partir de 2.500m³/habitante/ano já é classificada como boa, e a nossa é de 7.048,51, então nós temos uma disponibilidade per capita na nossa região muito boa. Vocês podem observar no período de 2014 a 2018, ela vem caindo gradativamente. Esse decréscimo representa a quantidade de habitantes que aumentou na nossa UGRHI, porque para se calcular essa disponibilidade, pega-se a vazão média soma com a reserva explotável e divide-se pelo número de habitantes. Então, conforme cresce o número de habitantes na UGRHI, também diminui a nossa disponibilidade per capita. O que pode interferir também na nossa disponibilidade de água é a contaminação, ou seja, de repente a gente pode ter uma quantidade grande de água mas não significa que essa água tenha uma qualidade suficiente para abastecimento que esteja à nossa disposição. Então nós temos aqui uma relação das cidades da nossa UGRHI que sofreram algum tipo de contaminação. Então, algumas cidades em que o contaminante atingiu o solo ou a água, nós tivemos, isso em 2018, 2 casos em Floreal, 1 em General Salgado, outro em Ilha Solteira, 8 em Jales, 6 em Monte Aprazível, 2 em Neves Paulista, 1 em Nhandeara, 1 em Palmeira D'Oeste, 8 em Santa Fé do Sul e 1 em Sebastianópolis do Sul totalizando 31 ocorrências. Segundo a CETESB esse não é um número grande, comparado a outras UGRHI^s e com o número de acidentes. E ocorrências em que a descarga ou derrame do produto químico já foi direto na água, tivemos apenas três. E para essa quantidade toda, o número de áreas remediadas da UGRHI em 2018 foi de 10, então a gente percebe que as áreas remediadas ainda são bem menores do que o número de acidentes, o ideal seria que os números fossem iguais. Demanda das águas: a gente tem uma disponibilidade muito boa e que o tanto que está sendo usada, se isso é suficiente ou não. Nesses gráficos, o 1º à esquerda de vocês representa a demanda dividida entre superficial e subterrânea, mas o mais escuro é a demanda superficial que é de 2,18 m³/segundo, isso na UGRHI toda. De 2017 para 2018 essa demanda superficial continuou praticamente a mesma, já a demanda subterrânea aumentou de 0,96 m³/segundo para 2 m³/segundo, isso representando um aumento de 108,33%, quer dizer, mais que o dobro. A justificativa que nós temos é que os dados de dispensa de outorga que até então eram de 5 m³/dia, mudou para 15 m³/dia, e esses dados que antes não estavam compatibilizados com essa demanda, agora começaram todos a serem compatibilizados, além das pessoas que regularizaram essas outorgas, que muitas vezes por usar mais do que 5 m³/dia preferia não



346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361 362

363

364

365

366

367

368

369

370

371372

373

374375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

regularizar, por medo do processo que era maior e tal, então nós tivemos uma regularização maior. O gráfico à direita de vocês, tem a nossa demanda dividida por usos. Essa parte verde, que é a parte maior que vocês estão vendo, representa o uso rural, o azul clarinho o abastecimento público, o laranja uso industrial, o cinza bem lá em cima, que está bem pequenininho e quase não está dando nem para ver, são as soluções alternativas. Então a gente percebe que o uso rural ainda representa 58% de toda a demanda da nossa UGRHI, então a gente ainda é uma UGRHI de características agropecuárias. Nesses mapas estão representados os pontos de captação para a nossa demanda. Então esse mapa à esquerda superior de vocês representa as outorgas para abastecimento público, esses pontinhos azuis. À direita, esses pontinhos verdes são as outorgas para uso rural, então a gente percebe, olha a quantidade de pontinhos que tem. Abaixo e à esquerda, os pontos laranja são os usos industriais e esse azul à direita de vocês na parte inferior são as soluções alternativas. Esse outro mapa são as outorgas da União, ou seja, da ANA. A cor do pontinho em verde também representa que são usos rurais e o laranja são os usos industriais. Balanço: então apresentei para vocês aqui a disponibilidade que a gente tem, qual a demanda e agora o balanço, para ver se a gente está no negativo ou no positivo. A vazão outorgada total em relação a Q₉₅, a vazão outorgada também média e a superficial que é a Q_7^{10} em todo o período de 2014 a 2018 está classificada em verde, ou seja, ainda estamos no 'estado confortável'. Já a vazão outorgada subterrânea em relação às reservas explotáveis, que o ideal seria que ela fosse no mínimo..., não poderia ser maior que 25%, segundo as tabelas, entre 15% e 25% para estar no verde ainda, ela está em 50%, então ela está classificada em estado crítico. No entanto, vamos aqui considerar que as captações que são feitas também no Aquífero Guarani estão sendo contabilizadas aqui, então a gente tem que se preocupar, esse valor não é uma classificação tão adequada, mas em função do aumento dessa outorga subterrânea como eu apresentei no gráfico anterior, a gente deve ficar em estado de atenção. Nessa tabela, apresentam-se essas classificações das demandas de referência das vazões da demanda, em função das vazões de referência, de todas as cidades da UGRHI. Então se você olhar a 1º cidade, Guzolândia, ela está classificada em azul em todas as vazões de referência. Mais para baixo Pontalinda e Santana da Ponte Pensa estão numa situação muito ruim. Se você observar, por exemplo, Santana da Ponte Pensa, essa célula em 'roxinho' que é a vazão outorgada superficial em relação a Q_7^{10} , a proporção, ela é de 125,50%, ou seja, a outorga nessa cidade de captação superficial é maior do que a vazão disponível. Isso significa que o equilíbrio ambiental dessa cidade já está comprometido. Então, quais as atitudes que nós, como Comitê de Bacia podemos tomar em nível de gestão para que isso seja diminuído, seja melhorado. Já a vazão outorgada subterrânea, que é a última coluna que vocês estão vendo, não vamos então levar tanto em consideração, em função da disponibilidade subterrânea subestimada que nós temos, mas Pontalinda e Santana da Ponte Pensa são 2 cidades que estão em estado de atenção. Abastecimento de água: essa tabela mostra todas as cidades da UGRHI e com a concessão, se é Sabesp ou serviço autônomo. As únicas cidades que não são Sabesp da nossa UGRHI são Ilha Solteira, Neves Paulista, Santa Fé do Sul, São João de Iracema e Suzanápolis. A coluna à direita de vocês também mostra se para abastecimento público nessas cidades a captação é subterrânea ou superficial, e temos por exemplo Monte Aprazível que tem os dois tipos, tanto superficial como subterrânea, além de Nhandeara, Palmeira D'Oeste e Santa Fé do Sul. Temos Três Fronteiras que é exclusivamente superficial. Esse gráfico, essa tabela, bem na parte superior à esquerda de vocês, um laser aqui faz falta, representa a classificação do índice de atendimento urbano de água, ou seja, a classificação de todas as casas que recebem água em suas torneiras, falando de uma maneira mais simples. Em 2017 a classificação era de 99,9% e isso é classificado como índice bom, então a partir de 95% de residências que têm



394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

atendimento de água já é classificado como bom. E na nossa UGRHI, de 2013 a 2017, aqui a gente não tem os dados de 2018 porque tem um ano de atraso, a gente tem os dados até 2017, então todas estão classificadas como bom. Como exceção, isso a UGRHI num período total, se você for olhar cidade por cidade, que é essa tabela à direita de vocês, temos Pontalinda que é a única cidade que tem 94,8% e para ser classificado como bom teria que ser a partir de 95%, então está bem pertinho. Mas, segundo conversa com o Gilmar, esse índice no próximo ano já vai estar bem melhor porque eles têm várias atualizações na rede de abastecimento que ainda não foram compatibilizadas aqui. Nesse mapa então mostra apenas a cidade de Pontalinda em que o atendimento urbano de água não é classificado como bom. Índice de perdas no sistema de distribuição de água: ou seja, nós temos uma captação e será que toda essa vazão captada realmente chega às torneiras? Tem casos, principalmente em outros países, que o índice de perdas é gigante, a Sabesp é considerada um modelo, inclusive tem outros países que vêm até avaliar esse jeito, esse manejo dessa água, para que essa perda seja o mínimo possível. Para ela ser considerada como boa, tem que ser no máximo de 25%. Passou de 25% já entra em estado regular, e se for maior que 40% já é ruim. Nós temos Ilha Solteira que está classificada como regular, que tem 38,8%, Santa Fé do Sul também regular, e temos 2 municípios, que são Neves Paulista e São João de Iracema, que não apresentaram esses dados de perdas, então para nós os dados são desconhecidos. Esse é o mapa que representa então os municípios nessa questão de distribuição de água, mostrando em amarelo Ilha Solteira e Santa Fé do Sul em estado de atenção, Neves Paulista e São João de Iracema em cinza porque nós não tivemos os dados. Uma solução de gestão nessa questão de perdas de água no sistema de abastecimento público, são os planos de combate às perdas totais de água no sistema de abastecimento público. Ilha Solteira, que está em estado de atenção, já teve seu plano concluído e foi financiado pelo nosso Comitê. Então a nossa esperança agora é que as ações previstas nesse plano sejam executadas para que esse estado melhore. Santa Fé do Sul também já teve o seu plano solicitado, mas depois foi cancelado, mas podem entrar novamente com o pedido. São João de Iracema tinha um índice classificado como ruim desde 2013. Em 2017 ela não apresentou os dados, mas ela já teve também o plano concluído financiado com os recursos do FEHIDRO. E Neves Paulista que não apresentou os dados em 2017 também já com o plano em execução. Então esse Relatório de Situação, como vocês podem ver, aponta as cidades que têm problemas específicos e que a gente pode agora jogar no Plano de Bacia, colocar como metas justamente para a gestão adequada dos recursos hídricos. De 2014 a 2018, essa é a classificação na primeira linha da tabela, da coleta de esgoto na nossa UGRHI. Então todo o período é classificado em verde, em 2018 97,7% do esgoto era coletado, essa diferença, porque não é 100%? É pela diferença de gravidade, não há cota suficiente para que esse esgoto seja coletado, ou seja, são aquelas casas que ficam abaixo do nível da rua, mas geralmente tem uma fossa, tem algum sistema alternativo de tratamento desse efluente. Todo esgoto que é coletado é tratado, e o problema agora entra na eficiência desse tratamento de esgoto, ou seja, esse esgoto é enviado para as lagoas de tratamento e a remoção mínima, por lei, que deveria ter de remoção da DBO que é de 80%, para ser classificado como verde, na nossa UGRHI em todo o período de 2014 a 2018 está na média de 75 a 77%, então a gente indica no Plano de Bacia, indica nas nossas metas, que os planos para melhorar a eficiência das nossas lagoas de tratamento têm que ser priorizados, porque esgoto remanescente em 2018 são 2.533 quilos de DBO por dia, que são lançados nos nossos rios. Essa é uma quantidade grande. Essas lagoas de tratamento podem estar diminuindo a sua eficiência pela falta de manutenção mesmo. O lodo vai aumentando, com o lodo em maior quantidade diminui o volume dessa lagoa de tratamento e aí diminui o período de retenção desse efluente dentro da lagoa, diminuindo assim a sua eficiência, como também nos períodos em que



440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466 467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

se chove mais, a vazão aumenta nessas lagoas e a sua eficiência também diminui. Só que em 2017 não choyeu mais do que em 2017, então o problema não são dados pluviométricos, realmente é a eficiência dessas lagoas. Essa é uma relação, uma tabela, com todas as cidades da UGRHI, apresentando ponto por ponto coleta, tratamento e eficiência do esgoto. Sobre o esgoto coletado, em estado de atenção temos Pontalinda e Rubinéia. Pontalinda então, como já foi informado pela Sabesp, no próximo ano já vai ter melhora nesses dados, que esses dados não são reais e Rubinéia, esse valor também está subestimado porque aqui não entrou aqueles condomínios à beira dos rios em que eles não têm coleta de esgoto porque eles têm fossas que foram licenciadas pela CETESB. Só que aqui nesse dado consta que eles não têm atendimento, entendeu? Então nesse caso é justificável. Eficiência de remoção da DBO, temos então Dirce Reis, Floreal, Ilha Solteira, Neves Paulista, Pontalinda, Rubinéia. Santa Fé do Sul e Suzanápolis em estado de atenção. E São João de Iracema nós temos apenas 48% de remoção da DBO, ou seja, o sistema de tratamento deles não está removendo nem metade da DBO lançada. Se esse dado é real, eu liguei na prefeitura mas ninguém consegue informar o que está acontecendo, na CETESB de Votuporanga também ninguém conseguiu informar. Então, o dado que a gente é esse, que é de 48% e nós não sabemos na realidade o que está acontecendo nessa lagoa de tratamento. Esses são os valores de referência resíduos sólidos: de 2014 a 2018, os nossos índices de resíduos dispostos em aterros enquadrados como adequados, são classificados como verde. 2017 e 2018 todo o nosso resíduo foi remanejado para aterros enquadrados então como adequados, lembrando que esses resíduos se referem apenas aos resíduos domésticos e da administração pública de varrição de rua, os resíduos rurais não são contabilizados aqui. Essas são as cidades então onde foi feita uma estimativa da geração de resíduos sólidos por habitante. Então as duas cidades que mais geram resíduos são Jales e Santa Fé do Sul, isso pelo número de habitantes, que são cidades maiores e as duas cidades que menos geram resíduos são Nova Canaã Paulista e Santa Salete. Esses são os municípios então com a classificação de acordo com o IQR, que todos os municípios estão classificados como adequados, IQR significa "Índice de Qualidade dos Resíduos". Qualidade das águas superficiais: nesse mapa são apresentados os pontos de monitoramento do IQA, 'Índice de Qualidade das Águas Superficiais'. Nós temos 6 pontos de monitoramento que são esses pontos rosa que vocês podem observar no mapa. Cada ponto agora está com uma cor, vocês podem observar que à esquerda, mais ali perto do Rio Paraná, onde a vazão onde foi feita a coleta dessas amostras de água para o monitoramento, são classificadas como azul, que significam um estado ótimo. E mais à direita onde tem a nascente já são classificados em verde, que é um ponto bom. Então não temos problemas com a qualidade das águas superficiais. Esse é o IVA, que é o 'Índice para Proteção da Vida Aquática, nesse índice são calculadas as variáveis essenciais para os organismos aquáticos, onde entra oxigênio dissolvido, ph e vários outros índices. Esse ponto todo em vermelho, que é o SJD-2150, está classificado todo em vermelho porque é considerado ruim. Esse 2150, se a gente voltar no mapa, é justamente esse ponto à direita ali em Monte Aprazível, perto da nascente do rio, onde a vazão é menor, então uma das possibilidades para que esse ponto seja classificado como ruim é porque a amostra é coletada num local onde a vazão é muito menor do que nos outros pontos perto do Rio Paraná, que é mais a jusante da UGRHI e os pontos têm uma vazão maior. Qualidade das águas subterrâneas: esses são os pontos de monitoramento, nós temos 12 pontos. São esses pontinhos em amarelo. Aqui são as coordenadas geográficas de cada ponto de monitoramento, nós temos 11 pontos no Aquífero Bauru e apenas 1 ponto no Serra Geral. Essa é a classificação do IPAS, 'Índice de Potabilidade das Águas Subterrâneas', e em amarelo significa que está regular. Se fosse menor do que 33% estaria ruim. Se vocês observarem de 2014 para 2018, esse índice teve variações, mas vai se mantendo em estado regular. No entanto,



487

488

489

490

491

492

493 494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526527

528

529

530

531

532

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

de 2017 para 2018 ele teve uma queda significativa, ou seja, de 62,5% ele caiu para 33,33%. Se tivesse 0,33% a menos, ele já estaria classificado como ruim. Então, as nossas águas subterrâneas que a gente sempre acreditou que têm uma influencia muito menor do que as águas superficiais, a gente percebe que não está tão protegida dessa forma, teve presença nas amostras de coliformes totais, coli, crômio total, nitrogênio, nitrato, então isso não é uma realidade absoluta, mas são indicativos, e um outro fator é que deveríamos ter muito mais pontos de monitoramento, não apenas 12. Gestão: é um outro item obrigatório do nosso Relatório de Situação. Em 2018 nós tivemos 3 plenárias: a 54ª Reunião Ordinária, onde tivemos 59% de presença do Colegiado e com 2 deliberações aprovadas; a 55ª Reunião Extraordinária também com 59% de presença e 3 deliberações aprovadas e a 56ª Reunião Ordinária, apenas 38% de presença e 2 deliberações aprovadas. Nós temos 4 câmaras técnicas sendo elas a de Planejamento e Avaliação, a de Saneamento, a de Educação Ambiental e a de Gerenciamento e Conservação dos Recursos Hídricos no Meio Rural e temos o Grupo Técnico de Estudos da Cobrança da Água. Em 2018 as principais discussões e encaminhamentos das câmaras técnicas, foram a discussão do Plano de Referência de Educação Ambiental, análise de projetos FEHIDRO, elaboração do Plano de Situação que é feito anualmente, atualização da fundamentação da cobrança pelo uso da água, que nós tivemos o decreto assinado pelo Governador esse ano e calendário para recadastramento dos novos membros para o Biênio 2019/2021. Monitoramento dos empreendimentos: esses são os empreendimentos que foram aprovados pelo Comitê no ano de 2018. Nós tivemos o Plano de Educação Ambiental, que é o PDC 1, Sub PDC 1.2, tivemos combate à erosão do Córrego Tamboril, projeto de Jales, Sub PDC 3.4, Prefeitura de São Francisco, galeria de águas pluviais, Sub PDC 3.4 e do SAAE, Sub PDC 3.1, elaboração do projeto executivo do emissário de efluentes. No total foram R\$ 978.000,00 de recursos do FEHIDRO aprovados pelo Comitê e o maior projeto foi o de combate à erosão do Córrego Tamboril, que teve o valor de R\$ 452.000,00. Considerações finais: aspectos quantitativos, então sobre disponibilidade per capita nós não temos problemas, a nossa situação pressupõe um quadro de relativo conforto; saneamento básico: sobre coleta e tratamento de esgoto, também não temos problemas, o problema é sobre a eficiência de tratamento dessas lagoas, manejo de resíduos sólidos também não temos problemas, sobre a qualidade das águas superficiais, merece atenção naquele ponto que foi classificado como ruim, que é mais na nascente, a jusante da nossa UGRHI, e vocês viram que na nossa deliberação tem projeto de recomposição de mata ciliar nas nascentes, que esse é um projeto que pode ter uma interferência direta na melhoria da qualidade da água nesse ponto, e qualidade das águas subterrâneas, a gente também merece uma atenção especial por parte dos gestores para ficar atentos, melhorar a quantidade de pontos de monitoramento nesse ponto em especial. Como eu disse, esse é apenas é um resumo, os dados completos e mais assuntos podem ser acessados no Relatório que está disponível no site do Comitê. Agradeço a atenção, passo agora a palavra para que a Deliberação desse Relatório de Situação seja aprovada." Sr. Presidente: "Depois desse breve relato, você imagina se fosse o relatório completo, já cumprimentando e agradecendo à Eliana, colocamos para discussão, se alguém tem alguma manifestação em relação ao Relatório, se não houver ninguém que queira se manifestar colocaremos em aprovação, antes de aprovar então, com a palavra o nosso Vice-Presidente." Professor Jefferson: "Embora o Relatório mostre tudo 'verde', eu acho que ele deveria estar muito mais 'amarelo' do que verde. Prefeitos, representantes de prefeitos, comunidade técnica e não técnica em geral, todo mundo sofreu 2014 aqui, não sofreu? Alguém aí deixou de sofrer? Algum município passou em 'brancas nuvens', perfeito, sem reação nenhuma? Isso mostra que os números também têm que ser mais aprofundados e esse combate de perdas, a melhoria da água, da qualidade, do esgoto e tudo o



534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546 547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558559

560

561

562

563

564

565

566567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

mais, e principalmente a cobrança, têm que ser efetivamente feita nesse Comitê. Infelizmente nós não temos aqui representantes dos 2 municípios que estão com os maiores problemas, acho que o Comitê tem que verificar isso que está acontecendo para melhoria, é um comitê relativamente pequeno que não pode ter esse tipo de problema aqui, essa é a minha posição técnica com relação a isso. Dentro também do que foi colocado, eu gostaria que vocês fizessem um convite mais forte aos outros representantes que são prefeitos para virem mais nessas plenárias. O índice percentual da plenária está muito baixo, quanto é que está hoje de índice percentual, se a gente fosse olhar? 26 pessoas equivalem a quanto na plenária? 39%. Quer dizer, estamos com a segunda plenária de 2019 com os mesmos índices de 2018, quer dizer, a gente não subiu, quanto? A 1ª ou essa agora? Hoje, então está ótimo, melhorou bem, então é assim, que melhore muito mais, que a gente consiga muito mais um índice maior porque isso conta também para o Comitê. Tudo que é feito aqui reflete numa coisa que é muito importante para todo mundo que está nessa sala e pode gravar e pode colocar em ata, dinheiro, está bom? Obrigado!"Sr. Presidente: "Alguém mais? Alguma colocação?" "Marilsa, da PEIXESP. Há anos eu estudei, fiz uma especialização em gerenciamento de recursos hídricos. O meu grande aprendizado naquela especialização foi o seguinte: que a água subterrânea tem que ser reservada para as gerações futuras e é só uma colocação no sentido..., é claro que eu tenho certeza da diferença de custos quando você faz a adução de um recurso de um manancial de superfície, em relação a adução de um poço e tudo o mais para captação, mas eu penso que deveria haver um posicionamento desse Comitê no sentido de recomendar sempre que possível, o uso da água de superfície para abastecimento tendo em vista que a gente já está comecando a..., ainda tem uma disponibilidade explotável, Eliana, mas eu nunca vi essa discussão de recomendação no sentido de uso da água de superfície para os municípios, eu acho que a gente deveria pensar alguma coisa nesse sentido, recomendar enquanto uma política de governo, uma política pública do Governo do Estado, algum encaminhamento nesse sentido, entendeu? Não sei se é fora de propósito, mas eu penso que a gente deveria ter isso como uma meta." Professor Jefferson: "Só uma colocação em relação à vossa colocação, Marilsa, é que essa Bacia do São José dos Dourados usa a água subterrânea desde 1.960, a 1ª crise hídrica que teve nessa Bacia foi em 1.960. Quem é um pouquinho mais velho e tem mais cabelo branco, deve lembrar-se disso aqui. Eu não estava aqui em 1.960, eu estava nascendo mas já havia o problema e era muito mais fácil pegar água subterrânea com muito mais qualidade do que a água superficial. Eu concordo com você mas assim, o que a gente tem que fazer é um planejamento para manter essa água superficial em boa qualidade, isso passa pela cobrança, passa pela cobrança da deteriorização dessa água e com relação à água subterrânea, já fiz a proposta, espero que a plenária aprove, não sei se depende da plenária aprovar a criação de uma câmara técnica de água subterrânea, eu acho que é fundamental." Sr. Presidente: "Alguém mais? Se não houver, vamos colocar em aprovação, agora sim finalizados depois da discussão, os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem, dessa forma fica aprovada essa Deliberação que passa a ter o nº 210/2019. Alguém mais, seguindo para o nosso encerramento, alguém queria fazer alguma colocação? Se não, vou passar a palavra ao nosso Vice-Presidente para as considerações e convites." Professor Jefferson: "Bem, então vamos lá: nós temos aqui 2 convites a fazer às senhoras e aos senhores. Primeiro, o 17º Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos – Todos pela Água, que será realizado agora no mês de agosto, de 14 a 16, no Hotel Fazenda Fonte Colina Verde, em São Paulo, Capital, isso, São Pedro, desculpem, então é uma oportunidade boa, o Alessandro está ali, nosso Presidente da Câmara Técnica de Educação Ambiental, para se discutir essa questão de água e educação ambiental, para formar as novas gerações, é difícil mas a gente tenta. E o segundo convite, também às senhoras e aos



COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

senhores, é para o 21° ENCOB, Encontro Nacional de Comitês de Bacia, que será realizado de 21 a 25/10/2019, em Foz do Iguaçu, onde o tema é Gestão pela Água, e também interessante que vão ver algumas experiências exitosas com relação aos comitês de bacia. Eu acho que isso é importante e fundamental para que a gente consiga crescer em termos de comitê. Isto posto, passo a palavra ao Presidente Flávio." **6.0** – **Encerramento:** Sr. Presidente: "Sem mais considerações, depois de toda essa discussão sobre essa reunião, eu agradeço a presença de todos, mais uma reunião produtiva que nós temos em nosso Comitê e agradecendo a presença, declaramos encerrada essa reunião extraordinária, agradecemos a todos, obrigado! Essa Ata foi redigida na íntegra por Antonio Roberto de Jesus, Assessor Técnico III do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE e vai assinada pela Secretária Executiva Adjunta e pelo Presidente do CBH-SJD.

Lucíola Guimarães Ribeiro Secretária Executiva Adjunta do CBH-SJD Flávio Prandi Franco Presidente do CBH-SJD